

Um breve olhar sobre as migrações contemporâneas¹

Odair da Cruz Paiva*

Resumo

Este artigo tem por objetivo apontar elementos para uma compreensão das migrações internas e migrações internacionais durante o século XX, particularmente as que ocorreram a partir da II Guerra Mundial. A reflexão sobre os deslocamentos populacionais nos leva a considerar uma multiplicidade de fatores que lhe são explicativos e, ao mesmo tempo, coloca-nos diante de muitas representações que emergem de sua dinâmica, bem como de sua potencialidade transformadora.

Palavras-chave: Migrações. Territorialização. Representações sociais.

Introdução

Os deslocamentos populacionais que ocorrem atualmente nos planos global, nacional ou intra-regional constituem-se num fenômeno de grande visibilidade. Meios de comunicação, universidades, reuniões de cúpula entre

* Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista Campus de Marília. É pesquisador do Núcleo de Estudos de População da Universidade Estadual de Campinas e do Laboratório de Estudos sobre a Intolerância da Universidade de São Paulo.

¹ Este artigo agrega, com alterações e acréscimos, duas reflexões. Sobre a questão das migrações internas alguns elementos foram apresentados no VI Fórum de Análise de Conjuntura – as perspectivas do capitalismo global, realizado na Unesp - Campus de Marília, no período de 25 a 27 de setembro de 2006, e publicados em CORSI, Francisco (Org.). *Economia, sociedade e relações internacionais*. Perspectivas do capitalismo global. Londrina: Práxis, 2006. As questões relativas às migrações internacionais foram discutidas no Seminário Migrações Internacionais: desafios para o século XXI, realizado no Memorial do Imigrante em São Paulo, em outubro de 2006, e publicadas em PAIVA, Odair da Cruz (Org.). *Migrações internacionais*. Desafios para o século XXI. São Paulo: Memorial do Imigrante, 2007.

Estados, organizações governamentais e não governamentais, agências multilaterais, dentre tantos outros espaços, inseriram em suas agendas, nos últimos trinta anos ao menos, a questão das migrações.

De forma ampla, esses deslocamentos – nas suas variadas formas e magnitudes – representam uma das muitas questões a serem equacionadas no tempo presente. Evidentemente, as maneiras pelas quais se esboçam sua resolução são múltiplas e, por vezes, contraditórias; em muitas delas, as migrações são compreendidas como um “problema”, criando, com base nessa representação, um quase consenso acerca de sua dinâmica. Em outros termos, o fato de as migrações contemporâneas serem percebidas como trauma, como problema ou como fenômeno social a ser equacionado revela um dentre tantos outros possíveis para sua compreensão.

É preciso tecer considerações que apresentem um outro caminho possível para sua compreensão. As migrações portam, para além de sua presença, radicalidades que questionam a forma como a maioria compreende a realidade. Para tal, algumas questões iniciais devem ser postas: As migrações sempre foram adjetivadas de forma negativa? É possível pensarmos os deslocamentos populacionais como um fato absoluto e isolado de contextos – históricos,

econômicos, políticos, culturais – mais abrangentes? De que lugar olhamos e analisamos os processos migratórios?

As respostas, ainda que provisórias, a essas questões nos levam a um olhar que procura revelar as ausências que são explicativas desse fenômeno: um olhar que recupera a relação que a história de nosso país possui com as migrações; as migrações como um evento de longa duração e como um dado de humanização do homem; a discussão sobre as diferenças humanas do ponto de vista filosófico e, por fim, a relação entre os deslocamentos populacionais com o surgimento dos Estados nacionais.

Nos limites desta reflexão, proponho um caminho para a compreensão sobre as migrações no século XX, que, considerando os elementos apontados, se estrutura em duas partes: um breve panorama sobre as migrações internas no país entre o final do século XIX até a década de 1980 como primeiro movimento; em seguida, apontamentos sobre as migrações internacionais, particularmente no período pós-Segunda Guerra Mundial. Ambos os momentos, mais do que encerrarem respostas para a questão das migrações no século XX, sugerem questões e desafios para a reflexão e debate sobre o tema; sugerem outros olhares, que, longe de serem originais e inovadores, reforçam a complexidade de elementos que in-

formam as migrações em seus diferentes tempos e especificidades.

Migrações internas no Brasil: breve panorama

Desde a colonização portuguesa, a história do Brasil é analisada – dentre outras formas – como um processo construído por camadas e tempos de migrações variadas. Dos primeiros brancos aos negros escravizados, dos migrantes europeus, asiáticos e provenientes do Oriente Médio, das diversas “ondas” de migrações internas à chegada – no tempo presente – de migrantes latino-americanos, africanos e asiáticos, uma cronologia de nosso processo histórico desde o século XVI ao final do século XX pode ser escrita a partir dos deslocamentos populacionais, que, assim, se confundem como nossa própria história.

A partir do século XIX, a migração (européia notadamente) para o continente americano foi um fenômeno de grandes proporções; mais de cinquenta milhões de pessoas cruzaram o Atlântico entre 1820 e 1914. Tratava-se de uma migração constituída, majoritariamente, por populações provenientes da Europa. Nesse “fazer a América”, um compasso entre formas de desenvolvimento econômico desiguais e combinadas produziu uma Europa expulso- ra e seu contraponto: uma América

atrativa. Desse contingente, os Estados Unidos receberam a maior parte (35 milhões), seguindo-se o Canadá (5,6 milhões), a Argentina (4,6 milhões) e o Brasil (3,3 milhões).² Embora inserido no contexto da “grande imigração”, o Brasil presenciou, concomitantemente, intensos fluxos migratórios internos. Um breve panorama sobre esses e suas conexões com a dinâmica econômica da sociedade brasileira no século XX se faz necessário.

O tema das migrações internas passa a ser algo de relevância na literatura acadêmica e na produzida por órgãos oficiais a partir da década de 1950. Uma série de estudos provenientes da sociologia, da geografia e, mesmo, de caráter oficial³ revelava àquela época a necessidade de se avaliar um fenômeno que ganhava proporções até então desconhecidas e que estava profundamente marcado pelo deslocamento de migrantes oriundos do Nordeste para as grandes cidades do Centro-Sul, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo. Na filmografia brasileira do período, Nicola D’Aversa dirigiu a película intitulada *Seara vermelha*, filme que tratou das agruras da migração de uma família nordestina para São Paulo, criando ou reforçando um sentido da migração como trauma.

Para se ter uma idéia da magnitude desse deslocamento, São Paulo recebeu entre 1827 e 1960 pouco mais

dois milhões e novecentos mil imigrantes. Num tempo muito mais exíguo, qual seja, entre as décadas de 1930 e 1960, adentraram no estado aproximadamente dois milhões e seiscentos mil migrantes, oriundos de praticamente todos os recantos do país, mas, de forma preponderante, do Nordeste. Não existem estatísticas confiáveis a partir da década de 1960, porém não é de todo incorreto que as migrações internas só demonstraram sinais de arrefecimento a partir da década de 1990.

Tentar decodificar seus elementos constitutivos implica um exercício complexo, dada a multiplicidade de questões de caráter teórico, empírico e temático que conformam a problemática das migrações internas em nosso país e, também, a gama de variações possíveis e necessárias para uma compreensão que, mesmo assim, será sempre parcial e provisória. Apontadas essas primeiras limitações da nossa lógica formal na decodificação de um processo tão dinâmico, multifacetado e pluriforme como o das migrações, devemos ter a ousadia da escolha de um caminho possível. Utilizando a alegoria da esfinge – “decifra-me ou te devoro” –, proponho para esta nossa breve reflexão pensar o tema das migrações internas com base em três enfoques.

O primeiro enfoque buscará nos elementos amplamente conhecidos

sobre a questão da migração rural-urbana algumas das questões explicativas do sentido autoritário da formação social brasileira, expresso particularmente na relação entre os setores populares e sua inserção no território. O segundo enfoque procurará exercitar um outro olhar, também necessário, sobre as migrações internas que continuaram durante todo o século XX e que conformaram uma dinâmica rural-rural. Por fim, como terceiro enfoque, uma crítica a um sentimento que terá sido deixado pelos dois enfoques anteriores, qual seja, a idéia da migração como trauma.

O primeiro enfoque parte de um diagnóstico conhecido. Os censos populacionais produzidos em nosso país nos últimos cinquenta anos apontam para uma tendência crescente do peso da população urbana sobre a rural. O marco de início desse processo é também relativamente consensual, qual seja, a década de 1950. Naquela época, a população rural representava 64% da população brasileira, ao passo que os restantes 36% estavam nas cidades. O censo de 2000 contabilizou, por seu turno, 18,8% de brasileiros vivendo em zonas rurais e 81,2% em zonas urbanas. Trata-se de um fenômeno mundial, entretanto, tendo em vista o enfoque aqui proposto, não vou tecer maiores considerações.

Tabela 1 - Evolução da população rural e urbana no Brasil - 1950/2000

Censo	População rural (%)	População urbana (%)
1950	64	36
1960	55	45
1970	44	56
1980	32	68
1990	25	75
2000	18,8	81,2

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Em realidade, a tendência a uma concentração populacional no meio urbano já era identificada a partir da década de 1930. Aponto este elemento porque nesta década um novo padrão de modernização conservadora da economia brasileira começou a se estabelecer. Utilizo aqui a expressão “modernização conservadora” na mesma perspectiva de Peter Eisemberg em seu trabalho intitulado *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*.⁴

O *lôcus* da reprodução da economia capitalista no Brasil passou, após a crise de 1929, a ser a indústria e sua localização territorial, a cidade. A escolha por essa forma de modernização não se deu apenas porque setores agro-exportadores (notadamente a cafeicultura) não viabilizavam com segurança a reprodução ampliada do capital, mas, fundamentalmente, porque o padrão industrial consolidou-se em razão da fragilização de outras alternativas nas atividades agrárias.⁵

Em outros termos, o novo *lôcus* de reprodução do capital no país assentava-se na fragilização das possibilidades de permanência das populações rurais, como os pequenos proprietários, meeiros, foreiros e agregados. Ao lado da indústria, o Estado manteve incentivos para que o campo continuasse a ser produtor de mercadorias exportáveis, como o algodão e o café. Sem apoio, parte considerável da população camponesa – em seus mais variados extratos e formas – não teve outra alternativa senão migrar para as cidades e, dessa maneira, inserir-se nas atividades urbano-industriais. Esse tema é candente na literatura econômica brasileira e cito aqui apenas uma referência: a obra já clássica de Francisco de Oliveira intitulada *A economia brasileira: crítica à razão dualista*.⁶

Em linhas gerais essa é, nos limites de nossa reflexão, a explicação possível e mais amplamente conhecida para a mudança radical do padrão de ocupação territorial da população brasileira nos últimos cinquenta anos. Assim, o que identificamos a partir da década de 1950 fazia parte de uma opção de modernização da economia que se assentou, dentre outros elementos, na “produção” de uma massa de trabalhadores à disposição do capital aplicado nas atividades industriais e urbanas. Por outro lado, evidentemente, esse processo se acirrou nessa década como resultado do desenvolvimentismo de

JK e dos projetos de desenvolvimento implementados pelos governos militares.

Nesse particular, as décadas de 1960 e 1970 foram expoentes importantes na modernização da infra-estrutura do país. A construção de estradas e barragens para usinas hidroelétricas – a Transamazônica e a Usina de Itaipu – é, talvez, o exemplo mais emblemático, projetos de desenvolvimento agropecuário e aberturas de frentes de expansão – como abordamos mais adiante – que interferiram diretamente no vivido de muitas populações rurais no país como um todo. Os estudos de José de Souza Martins e José Graziano da Silva sobre a problemática agrária nesse período, embora guardem diferenças de método entre si, são referências obrigatórias.

A inserção dessas populações no contexto urbano nos coloca ainda um subtema dentro deste primeiro enfoque. A migração rural urbana explicita a impossibilidade da permanência e reprodução de um *modus vivendi* camponês. Se preferirmos, o ato de migrar, por si, já representa viver a exclusão e, fundamentalmente, a negação de direitos, de escolha e de autonomia. Esses elementos constitutivos do migrar acompanhariam as populações rurais em seu novo vivido cidadão.

O vivido precário nas periferias e favelas das grandes e médias cidades brasileiras, a ausência de infra-estru-

tura básica de transporte, moradia, saúde, saneamento básico ou escola – ausências particularmente graves nas décadas de 1970 a 1990 – constituem um outro lado da modernização conservadora. O mundo do consumo das mercadorias e a partilha dos supostos benefícios da sociedade urbana moderna foram – e continuam sendo – sistematicamente negados àqueles que foram obrigados a se inserir num novo lugar.

Dessa forma, a migração rural urbana em nosso país no século XX produziu chagas em ambos os pólos desse binômio: no campo acirrou e fomentou o processo de concentração fundiária e os conflitos agrários, ao passo que nas cidades foi auxiliar na produção do caos urbano, que reiteradas vezes nos é apresentado – como talvez nos dissesse Guy Debord⁷ – pela televisão e jornais como forma de espetáculo. Em outros termos, penso que vivemos neste princípio de novo século dilemas e questões produzidas em nosso passado recente.

Durante o século XX presenciamos a produção de vivido autoritário, opressor e excludente no que tange à relação da população com o território. Tanto no espaço urbano quanto no rural houve, sistematicamente, a negativa da produção de um viver e de um vivido que não fosse submetido ou subalternizado à lógica da modernização capitalista. No que compete à cidade, a obra de Teresa Pires Caldeira *Cidade de muros*⁸

é uma referência importante e bastante contemporânea para compreendermos a lógica e o sentido da exclusão em formas bastante variadas.

Nós que vivemos na cidade e fazemos dela o lugar do olhar sobre as migrações percebemos cada vez com mais clareza que por detrás da construção dos condomínios de luxo, dos processos de revitalização dos centros das cidades, da melhoria e ampliação dos corredores de circulação de automóveis ou da construção de novas linhas de metrô expressam-se com toda a força e violência formas citadinas de expansão do latifúndio sobre a pequena propriedade. Para finalizar este primeiro enfoque, quero propor como um primeiro elemento para nossa reflexão a necessidade da crítica a algo que tem se tornado consensual entre nós, qual seja, a mítica da revitalização urbana.

Por detrás dela esconde-se a valorização da renda da terra ocupada pela classe média e pelo capital e seu contraponto: a expulsão de moradores em sua maioria pessoas pobres, que em muitos casos já viveram a exclusão no campo. Numa alegoria condomínio de luxo = latifúndio, há a necessidade de uma autocrítica sobre a forma como a modernidade conservadora já está profundamente arraigada entre nós. Lembrando a obra de Sidney Chalhoub *Cidade febril*,⁹ na maioria das vezes não questionamos a lógica que está implícita na idéia da cidade limpa, ordena-

da, coesa, asséptica, que representa a reedição do projeto republicano de limpeza do espaço urbano das marcas das classes perigosas.

Com relação ao segundo enfoque que o tema das migrações sugere, quero discorrer sobre a permanência – concomitante à dinâmica rural urbana – de migrações internas que mantiveram durante todo o século XX um sentido rural-rural. Esse sentido nos obriga a agregar outros elementos explicativos para as migrações em nosso país, particularmente no que compete aos movimentos migratórios ocorridos na anterioridade da década de 1930.

A migração do Nordeste para a Amazônia nas últimas décadas do século XIX é um bom exemplo. A grande seca de 1877 foi um dos elementos explicativos principais para a “produção” de uma população que seria absorvida pela indústria da borracha na Amazônia. Sorvedouro de milhares de vidas aniquiladas pela fome e por toda sorte de doenças tropicais, como a malária, a indústria do látex foi o prenúncio de apropriação do fenômeno da seca como um mote para a produção de deslocamentos populacionais cada vez maiores durante todo o século XX. Não podemos esquecer, em absoluto, a construção da ferrovia Madeira–Mamoré, que sorveu milhares de vidas de trabalhadores nordestinos, barbadianos e chineses. A obra de Francisco Foot Hardman¹⁰ *Trem fantasma* continua sendo uma

das referências mais importantes sobre os descaminhos da modernidade na selva.

A grande seca de 1915, retratada de forma magistral, porém dramática, por Rachel de Queiroz em seu romance *O Quinze*,¹¹ reforçou o mito de que contra ela não há alternativa senão a migração e o abandono da terra. Nessa perspectiva, o Estado desobrigava-se de políticas públicas no sentido de promover meios para a permanência do sertanejo em sua terra.

De camponês a retirante, o homem do campo no Nordeste foi utilizado como moeda de troca no fomento a outras atividades agrárias mais dinâmicas, ao passo que sua expulsão distencionava tensões oriundas da fome e da miséria no sertão nordestino. Sobre este particular, a construção de campos de concentração em 1915 e 1933 é emblemática e foi analisada por Frederico de Castro Neves em seu trabalho *Imagens do Nordeste*.¹² A grande seca de 1933 mais uma vez reforçou a idéia de um fenômeno natural e intransponível, utilizado como mote para incentivar a migração de milhares de nordestinos para São Paulo, que, desta vez, seriam sorvidos pela cambaleante cafeicultura, pela nascente cotonicultura e, em seguida, seriam novamente incorporados pelo processo de industrialização,¹³ iniciado na década de 1930 e já referido anteriormente.

Durante a ditadura militar, a dinâmica rural-rural das migrações desenvolveu-se paralelamente à dinâmica rural-urbana. Entre o final da década de 1960 e a de 1970, a malfadada conquista do Centro-Oeste e da Amazônia – tão bem decantada pelo programa *Amaral Neto o Repórter*, que encantava minha geração nos finais de semana – compassava, por um lado, as necessidades de distensionamento social no campo com a abertura de “frentes pioneiras” em áreas consideradas vazias. Uma nova reedição da *Marcha para Oeste* de Cassiano Ricardo esteve em curso. Expulsos de suas terras, camponeses do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo foram incentivados a adquirir terras em Mato Grosso, Goiás, Acre, Rondônia e, posteriormente, no Paraguai. A nova frente pioneira seguia o esteio dos interesses da soja ou da busca ao “eldorado” nas jazidas de Carajás.

Conflitos agrários entre camponeses expropriados que buscavam uma nova reincorporação ao território e as comunidades indígenas proliferaram sob os olhos do Estado e do grande capital agropecuário. Este último aguardava – tal como abutre – apenas a derrota física e financeira dos excluídos para se apropriar das terras e erigir seus impérios sobre os cadáveres de camponeses e índios. José de Souza Martins, Otávio Guilherme Velho ou

Ariovaldo Umbelino de Oliveira foram muitos dos que, na sociologia ou na geografia, iniciaram no final da década de 1970 uma reflexão sobre essa questão.¹⁴

Na década de 1980, e pela primeira vez no século XX, um outro tipo de migração rural-rural se punha em curso. A luta pela reforma agrária, o surgimento do MST e os ventos da democratização do Estado animaram a luta pela reincorporação das territorialidades perdidas.¹⁵ O fracasso da experiência amazônica serviu de incentivo para que muitos camponeses oriundos do sul do Brasil retornassem, ao passo que muitos enfrentaram o desafio de permanecer na terra. Para minha geração, a “Encruzilhada do Natalino” foi emblemática nesse sentido. A dinâmica do regresso e a luta pela manutenção do camponês em seu território animaram um movimento migratório notadamente rural-rural, que, eivado pelo lema da luta pela reforma agrária, impôs – e ainda impõe – uma crítica radical ao modelo de desenvolvimento econômico conservador e excludente vigente em nosso país.

Mesmo assim, na década de 1980, e também no presente, encontramos outras formas da migração rural-rural que ainda expõem as dificuldades da permanência do camponês em sua terra. Exemplos delas são o trabalho

sazonal para o corte da cana, que, infelizmente, continua presente nos canaviais do Estado de São Paulo, e o trabalho escravo, cujas denúncias são veiculadas com constância pela grande imprensa no país e no exterior. Ambos expõem o lado perverso da complementaridade já trabalhada, por exemplo, por Francisco de Oliveira.¹⁶

Este breve percurso sobre as migrações no Brasil demonstra a complexidade de elementos que informam sua dinâmica e também sua longevidade em nossa história. As ondas migratórias respeitam e refletem as especificidades de seu próprio tempo, mas também se conectam a outras ondas e produzem fora do seu espaço/tempo novas conexões e sentidos. Trata-se de um olhar que faz com que as migrações sejam constitutivas de nossa história; se compreendidas dessa maneira, auxiliam no entendimento e no questionamento de representações outras que temos da história do país e que estão informadas por noções como desenvolvimento, crescimento, progresso, produtividade, crise, urbanização. Nesse sentido, a avaliação da migração como trauma e como problema precisa ser somada a outros sentidos que igualmente lhe são inerentes. Trata-se, evidentemente, de uma perspectiva polêmica, mas que, creio, necessita ser considerada e discutida.

Migrações internacionais contemporâneas

No período pré e durante a Segunda Guerra Mundial, as migrações internacionais em massa passaram a se constituir como um problema a ser equacionado. Dos exilados da guerra civil espanhola e das migrações por fuga do nazi-fascismo aos deslocamentos forçados no contexto da guerra, as migrações entraram na agenda dos organismos multilaterais e se transformaram em questão de direito internacional.

As linhas gerais da visibilidade dos processos migratórios entre o século XIX e a primeira metade do século XX apontam para um deslocamento que transitou do positivo ao negativo. Parte da compreensão que temos das migrações contemporâneas é caudatária de uma historicidade que o debate contemporâneo sobre o tema tende – particularmente quando veiculado pelas mídias – a negar, adentrando numa perspectiva aistórica, cujas representações se limitam aos migrantes indocumentados que cruzam as fronteiras ou às precárias embarcações apreendidas pelas polícias marítimas. Produz-se, assim, um saber fundado em interpretações que são pouco esclarecedoras.

Por outro lado, suas formas, intensidades e direções conformam o que Sayad denominou como “fato social completo”.

[...] é importante dizer que a migração é um “fato social completo”, única característica, aliás, em que há concórdância na comunidade científica. E, a este título, todo o itinerário do migrante, é, pode-se dizer, um itinerário epistemológico que se dá, de certa forma, no cruzamento, história, geografia, demografia, economia, direito, sociologia, psicologia e psicologia social e até mesmo das ciências cognitivas, antropologia em suas diversas formas (social, cultural, econômica, jurídica, etc.) lingüística e sociolingüística, ciência política, etc.¹⁷

Se a reflexão sobre as migrações pode ser a chave da compreensão da história em seu sentido amplo, isso se dá porque seu entendimento está para além de sua aparência. Acima, abaixo, atrás, ao lado e na frente daquele que migra, um conjunto complexo de elementos se põem. Para além da subjetividade do “ser migrante”, a saída do lugar de origem e a chegada na terra estrangeira deixam marcas profundas em ambos os lugares. Uma tríade – sujeito-lugar de origem-lugar de destino – está contida no processo de deslocamento. Quanto maior a magnitude do deslocamento, maiores são as marcas e abalos provocados nos elementos dessa tríade.

As migrações contemporâneas têm revelado um quadro preocupante, dada a magnitude das cifras que registram o número e a condição de pessoas deslocadas.

Tabela 2¹⁸ - Migrações contemporâneas – números globais (em milhões)

Ano	Total de migrantes	Migrantes ilegais	Deslocados em seus países	Refugiados
1990	155			
2000	176			
2005	191	30 a 40	6,6	8,4

Segundo o *World Economic and Social Survey* 2005, entre 1990 e 2005 houve um aumento de 23% no total de migrantes, os quais representavam, em 2005, 3% da população mundial; em conjunto, esta população representaria a população do quinto país mais populoso do mundo. No que se refere à distribuição da população migrante, em 2002 a maior parte vivia na Ásia (43,8 milhões), seguida pelos EUA e Canadá (40,8 milhões), Europa ocidental (32,8 milhões) e a ex-União Soviética (29,5 milhões); com menores presenças aparecem África (16,3 milhões), América Latina (5,9 milhões) e Oceania (5,8 milhões).

Sobre esse conjunto (dados de 2005) vale ressaltar que 49,6% eram mulheres; entre trinta e quarenta milhões de migrantes não tinham situação jurídico-legal definida, dos quais sete milhões estavam na Europa e 10,3 milhões, nos Estados Unidos. Neste país, em particular, aproximadamente 30% da população não nativa vivia em situação indocumentada. Há ainda, de acordo com os dados da Tabela 2, 6,6 milhões de pessoas deslocadas e 8,4 milhões de refugiados.

A multiplicidade dos vetores (territoriais e geográficos) que informam as migrações contemporâneas transforma-nas num fenômeno global. Uma pluridirecionalidade está contida nos deslocamentos, que, de forma muito ampla, pode assim ser explicitada: continentais, intra-regionais e regionais ou nacionais. Dentre as continentais, da África para a Europa, América do Norte e América do Sul; da Ásia (especialmente do sudeste) para a Europa, Oceania, América do Norte e América do Sul; da América do Sul para a Europa, América do Norte e Ásia.

Com relação às intra-regionais, há igualmente uma multiplicidade de fluxos migratórios. No Brasil, os mais visíveis são os que compõem a migração de latino-americanos (bolivianos e peruanos em maior intensidade). Entretanto, há outros fluxos, como o de migrantes do Leste europeu para a Europa ocidental; o de mexicanos para os Estados Unidos e os deslocamentos intra-África.

Sobre os regionais, os vetores são igualmente variados. O caso brasileiro já foi abordado em momento anterior

e não creio ser necessário fazê-lo com mais detalhes. Atualmente, as migrações internas, que ocorrem em países como a China e mesmo em vários países africanos, tem recebido a atenção de analistas internacionais e organizações governamentais e não governamentais.

Xenofobia, ideologia da segurança, preconceito, problemas médico-sanitários, disparidades econômicas entre as regiões ou o debate sobre políticas sociais excludentes e restritivas compõem, digamos, uma “agenda negativa” dentro do quadro atual das migrações. Nesta agenda, elas são compreendidas como um problema que testa a nossa consciência possível sobre eles.

A agenda negativa induz, por um lado, à idéia de que as migrações resumem-se ao drama dos deslocamentos. Enquanto fenômeno absoluto e como problema, representa a desumanização do homem, dadas as (verdadeiras) precárias condições a que se sujeitam os migrantes. Induz também à idéia de que existem lugares definidos do vivido, lugares polares e dicotômicos. Há os nacionais e os estrangeiros; há os da terra e os forasteiros; há os que têm o dever de preservar os valores de sua cultura, sua história e seu modo de vida e há os que, pela sua presença e ação, são os novos bárbaros.

Esse olhar, mesmo que construído com base em elementos objetivos, não é isento de subjetividades e é o que mais

carece de uma perspectiva histórica. Este olhar se assenta – na maioria das vezes sem se dar conta – sobre saberes cristalizados que negam a historicidade de sua própria formação. Essa consciência que se debruça sobre a compreensão do fenômeno migratório porta ausências que lhe são explicativas. Dessa forma, um novo momento de retorno se faz necessário. Para tal, partimos do pressuposto de que a diferença que separa o sujeito que se pensa como nacional do migrante é apenas o tempo de fixação no lugar. Numa perspectiva histórica de longa duração, todos somos migrantes.

O debate sobre as origens do homem

A reflexão sobre as origens africanas do homem contemporâneo pode ser um ponto de partida ilustrativo dessa questão ao revelar que as migrações são constitutivas de nossa história e apontar para o fato de que a sua humanização se fez num longo processo de deslocamentos contínuos pelas diferentes regiões do globo. Somos, assim, migrantes, e os deslocamentos constituem elementos fundamentais de nossa humanização.

Os processos migratórios produzem camadas que promovem contatos entre, digamos, os primeiros migrantes e as sucessivas levas que vieram depois se fixar num mesmo território.

Esses contatos foram – e continuam sendo – potencialmente conflituosos mas fundamentais para que os homens expandissem a compreensão sobre si mesmos. A alteridade que se realiza no contato com o diferente produz saberes que também são erigidos sobre as camadas dos outros.

Assim, a humanização do homem se fez num processo permeado por contatos com o diferente, os quais produziram complementaridades, simbioses e conflitos. No Ocidente, e particularmente com a colonização da América a partir do final do século XV, uma crise sobre a idéia de humanidade foi vivida pelos europeus. O contato com o outro levou a que, no plano filosófico, explicações para as diferenças fossem produzidas. No século XVIII, Rousseau consolidou, em sua noção do “bom selvagem”, uma perspectiva positiva para o homem americano. Segundo Schwarcz,

o homem americano se transformava inclusive em modelo lógico já que o “estado de natureza” significava para esse autor, não o retorno a um paraíso original, e sim um trampolim para a análise da própria sociedade ocidental, um instrumento adequado para pensar o próprio “estado de civilização”.¹⁹

Neste caso, a alteridade era para Rousseau um contraponto que explicitava os desvios da sociedade européia. No subtexto dessa assertiva, a crença nas origens comuns do homem (mono-

genismo) era seu substrato. Essa noção positiva do outro não perdurou, e no século XIX as formulações racistas vieram fornecer elementos considerados científicos para explicar as diferenças étnicas, culturais e religiosas entre os povos. Na base dessas formulações, a tese poligenista – segundo a qual não haveria uma origem comum a todos os homens – ganhava adeptos e referendava a dominação dos povos considerados “bárbaros” ou “atrasados” pelos povos superiores e civilizados, que promoveriam, via dominação, a atualização histórica dos povos “arcaicos”.

Um forte aliado às teorias racistas emergiu também no século XIX: o nacionalismo. O surgimento do sentido moderno de nação foi uma invenção que objetivava principalmente o controle da população pelo Estado. Na França, Inglaterra, Alemanha, Itália e também em países do Novo Mundo como o Brasil, a idéia de nação engendrou o mito da unidade: povo, língua, cultura, território e Estado comporiam uma totalidade orgânica, indivisível e consensual. Evidentemente, a produção da nação como uma comunidade não esteve isenta de contendas, mas, numa perspectiva histórica, serviu como elemento que passou a dar pertencimento aos povos, reconstruiu identidades e aumentou as diferenças.

Para Benedict Anderson a nação é uma comunidade política imaginada.

De fato, todas as comunidades maiores do que as primitivas aldeias de contato face a face (e, talvez até mesmo essas) são imaginadas. As comunidades não devem ser distinguidas por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas [...]. Nenhuma nação se imagina coextensiva com a humanidade. Nem os nacionalistas mais messiânicos sonham com um dia em que todos os membros da raça humana se juntem a sua nação, do mesmo modo como foi possível que em certas épocas os cristãos, digamos, sonhassem com um planeta inteiramente cristão.²⁰

A invenção da nação moderna no século XIX contribuiu para dar fixidez a muitas fronteiras, dentre elas, a territorial, a lingüística, a cultural e a religiosa. Os espaços concretos e simbólicos definem-se de forma mais objetiva, facilitando a identificação do “estrangeiro”, que, dependendo dos humores da política, do Estado ou da economia, transformou-se no inimigo.

A poligenia e o nacionalismo compuseram forças que acirraram as diferenças entre os homens e as prerrogativas de exclusividade sobre o território. Seus subprodutos foram o imperialismo, o neocolonialismo, a hierarquização das culturas e do modelo econômico capitalista. Enquanto produtora de um modelo expansivo de cultura e civilização, recaiu sobre as migrações européias para a América – ao menos em linhas gerais – a idéia de que essas populações traziam a civilização e o progresso. As migrações oriundas da-

quele continente – que notabilizaram o que vimos anteriormente como a grande migração – sofreram em seu conjunto graus menores de preconceito, algo muito distinto do que ocorreu com grupos provenientes da Ásia (japoneses) e do Oriente Médio.²¹

Na primeira metade do século XX, o genocídio produzido na Europa pelos próprios europeus revelou uma nova crise. A civilização pretensamente ilustrada e superior revelava-se capaz de produzir em seu território a barbárie que havia fabricado até então em terras distantes. Essa crise de consciência revelou a necessidade em se repensar o humano. Nesse sentido, a questão dos direitos humanos, a partir do final da Segunda Guerra Mundial, recolocou o problema do ponto de vista do direito internacional e apontou, subliminarmente, para a tese de que todos somos iguais. Entretanto, produziu uma nova hierarquia, na qual uma “humanidade”, ou seja, o Ocidente, é quem definia o que são os direitos humanos.²²

A discussão sobre os direitos humanos e, a partir deles, o repensar as diferenças entre indivíduos, povos e culturas edificaram-se – e não poderia deixar de ser diferente – sobre um terreno no qual os saberes produzidos no século XIX permaneciam nos corações e mentes. De certa forma, encontramos nessa ancestralidade muitos dos

substratos da agenda negativa sobre as migrações. Há um quadro complexo no qual a defesa ferrenha dos saberes do século XIX é possível apenas nas mentes mais limitadas, entretanto seu questionamento radical testa os limites de nosso horizonte sobre a própria realidade. Após um refluxo²³ de três décadas no pós-Segunda Guerra Mundial, as migrações internacionais retornam à cena e compõem um quadro preocupante.

Como vimos anteriormente, vários países europeus – de tradição imigrantista – emergem como lugares de fixação de novos migrantes oriundos da África e da América Latina. Reforçam-se fluxos de migração latino-americana para os Estados Unidos e migrantes oriundos da Ásia estão presentes em quase todos os continentes. Migrações intra-regionais, como as de peruanos para a Argentina, juntamente com a migração de bolivianos ou africanos para o Brasil, criam novas rotas, produzindo um cenário complexo, agravado pelas variadas motivações *do* migrar.

Migrantes econômicos, refugiados, deslocados de guerra, trabalhadores escravizados e a prostituição forçam, voluntária ou involuntariamente, as fronteiras das comunidades imaginadas que chamamos de Estados; sua presença dentro das fronteiras “do outro” produz os mais variados tipos de

sentimentos. O migrante questiona com sua presença – mas não somente com ela – aquilo que muitas vezes era tido como certo: as fronteiras, a nacionalidade, a língua, a cultura, as garantias do Estado a seus nacionais. Para Sayad,

quanto mais a sociedade de migração inclina-se, coisa que entendemos facilmente, a abordar o fato da migração durante sua realização – é para ela uma questão de ordem pública ou, em outros termos, uma necessidade da vida prática – tanto mais que ela é indiferente, de pleno direito, segundo ela, às condições e às circunstâncias que governam a emigração considerando-se totalmente estranha, de modo algum envolvida e ainda menos interessada por esse tipo de preocupação.²⁴

Se concordarmos com Sayad, o aumento dos fluxos migratórios no tempo presente produz um paradoxo incômodo. De um lado, a sua maior visibilidade, como apontada no início, potencialmente engendra uma alienação que impede às sociedades hospedeiras uma perspectiva mais abrangente, dado que suas energias se concentram – como não poderia deixar de ser – nos impactos, tensões e problemas gerados pela presença do outro.

Considerações finais

Como fato social completo, as migrações e sua compreensão exigem de nós uma ampliação do horizonte sobre

nossa própria realidade. Coloca-nos diante de questões que muitas vezes estão muito além de nosso raio de ação e compreensão. Como avaliar que na migração de um chinês para São Paulo temas como liberdade de trânsito de capitais, reestruturação produtiva, manutenção das disparidades econômicas entre regiões, aumento da ideologia da segurança, ingerência externa sobre regiões estratégicas, desequilíbrios entre taxa de natalidade, problemas médico-sanitários, ausência, diminuição ou fragilização de políticas de seguridade social, xenofobia, preconceito e legislações restritivas podem estar contidos?

O paradoxo acima testa a nossa capacidade de perceber a complexidade dos mesmos e nos impede de vislumbrar as radicalidades das migrações, as quais apontam os limites físicos, políticos, culturais, ideológicos, religiosos e econômicos do tempo presente; com sua força, expõem, para além do sentido da migração como trauma – presente na agenda negativa –, suas positivities radicais.

No caso das migrações internas esse sentido é latente. Confesso não incorporar totalmente a idéia de que a migração é sempre um processo vivido como trauma por aqueles que migram. Não se trata de uma “teoria do conteúdo” expressa em Pollyanna de Eleanor H. Potter, mas de questionar se a dimensão do trauma, de fato, acompanha

por toda a vida e para sempre o vivido dos que se deslocam. Essa perspectiva é compartilhada por estudos como *Os sampauleros*,²⁵ de Ely Souza Estrela. Como filho de migrantes e migrante sazonal que sou, penso que as migrações no Brasil conformaram elementos da realidade e da paisagem que buscam superar a condição de exclusão e subalternidade dos que, em algum momento, foram obrigados a deixar seu lugar de origem.

Estou aqui pensando na periferia de muitas cidades brasileiras, que, para além das casas de autoconstrução e da dureza e precariedade da vida, apresentam em sua paisagem as casas do norte e os salões de forró. Todo um conjunto de sociabilidade foi (re)criado por aqueles que de algum modo se sentiram estrangeiros em sua própria terra, sociabilidade esta vivida na alegria das festas, expressa por sorrisos largos e espontâneos, expressa na esperança no futuro e na superação do passado, apesar das agruras do presente. Todo um conjunto de lutas sociais foi (re)criado por esses sujeitos. Nas décadas de 1970, 1980 e 1990 estes recém-instalados nas grandes cidades empreenderam lutas por moradia, habitação, educação, transporte. Todo um conjunto de representações simbólicas sobre a condição pretérita foi (re)criado. Lembro-me de minha mãe, migrante nordestina, que durante minha infância procurava ressignificar

suas agruras passadas para a construção de uma fortaleza que enfrentava os dramas cotidianos do vivido na periferia.

A idéia da migração compreendida apenas como trauma nos impede de engendrar novas lutas. Dessa forma, e apesar da modernização conservadora, apesar da exclusão, apesar das práticas autoritárias, os migrantes, em muitas de suas ações cotidianas – da periferia das cidades, aos acampamentos do MST – nos ensinam que a história está sempre aberta ao novo e que derrotas podem servir de alimento para novos desafios.

Há um direito de migrar? Podemos inserir este tema na agenda dos direitos humanos inalienáveis? Se sim, estamos diante de uma nova razão sobre a realidade presente? Se sim, estamos dispostos a questionar os pilares construídos no pretérito que guetam os homens e exacerbam suas diferenças? Se sim, aboliremos as fronteiras, questionaremos o Estado? Se sim, vamos rever nossos conceitos e preceitos religiosos e culturais? Se sim, estamos dispostos a aceitar a igualdade entre os homens pelo respeito às diferenças?

Dessa forma, as migrações portam – ou reeditam sobre outros contornos – muitas das dimensões utópicas que julgávamos arcaicas, perdidas nos ventos da globalização, naufragadas nos mares revoltos do neoliberalismo e do fim das utopias. As migrações

revelam uma positividade incômoda: questionamos centros e a fixidez das convenções. Tal como as utopias do século XIX, a crença num mundo mais justo, permeado pela igualdade, coloca-nos em terreno inóspito. Marx não nos legou muitas linhas escritas sobre a sociedade pós-revolucionária ou o vivido cotidiano no comunismo, visto que compreendia o aprisionamento que seu tempo produzia no plano da sua própria consciência; mesmo assim, ousou, apontando uma nova fronteira utópica.

No tempo presente, podemos imaginar um mundo sem fronteiras? Penso que as migrações, juntamente com os direitos humanos e a questão ambiental, apresentam-se como a nossa nova fronteira utópica. Essa tríade possui uma radicalidade que testa a nossa consciência. O questionamento e as perguntas ainda sem respostas podem ser um primeiro passo para a realização do novo.

Notas

² *Boletim do Departamento de Migração e Colonização*, São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, n. 5, dez. 1950. p. 139-140

³ Dentre eles, aponto apenas alguns dos de caráter oficial – exceção feita à menção do *Boletim de Geografia* – e publicados na década de 1950. ALMEIDA, Vicente Unzer de. *Migração rural-urbana*. Aspectos da convergência de população do interior e outras localidades para a capital do Estado de São Paulo. Diretoria de Publicidade Agrícola, 1951; BARROS, Souza. *Êxodo e fixação*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura,

- 1953; CAMARGO, J.F. de. Migrações internas e o desenvolvimento econômico no Brasil. *Boletim de Geografia*, 1958; FICHLLOWITZ, Estanislau. *Principais problemas da migração nordestina*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1959. Vale recordar que os Boletins do Departamento de Imigração e Colonização da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo são, igualmente, lugar privilegiado para se avaliar a reflexão oficial ou ao menos as representações dos técnicos desses órgãos sobre a questão das migrações internas.
- ⁴ Para EISEMBERG, a modernização sem mudanças existe do ponto de vista de da ausência de uma transformação radical e ou positiva das condições materiais das classes populares. Ver EISEMBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 1977.
- ⁵ Na década de 1930 houve um intenso debate sobre o cooperativismo e associativismo, além de propostas de fomento a pequenas e média propriedades. Ver PAIVA, Odair da Cruz. *Colonização e (des)povoamento*. São Paulo: Pulsar, 2002.
- ⁶ OLIVEIRA, Francisco. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- ⁷ DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. São Paulo: Contraponto, 1997.
- ⁸ CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros*. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34/Edusp. 2003
- ⁹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- ¹⁰ HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma*. A modernidade na selva. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- ¹¹ QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. São Paulo: Siciliano, 2002.
- ¹² NEVES, Frederico de Castro. *Imagens do Nordeste*. A construção da memória regional. Fortaleza: Secult, 1994 (Coleção Teses cearenses).
- ¹³ Sobre esta questão ver PAIVA, *Caminhos cruzados*.
- ¹⁴ Há muitos trabalhos sobre este tema. Cito, a título de uma primeira aproximação: MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986; GUILHERME VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1979; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1990.
- ¹⁵ Ver MARTINS, José de Souza. *A reforma agrária e os limites da Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- ¹⁶ OLIVEIRA, op. cit.
- ¹⁷ SAYAD, Abdelmalek. *A migração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da USP, 1998, p. 13.
- ¹⁸ UNITED NATIONS. *World Economic and Social Survey, 2005*. Documento produzido pelo Departamento de Economia e Questões Sociais da Organização das Nações Unidas. Disponível na web.
- ¹⁹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, instituições e a questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Cia. das Letras, 1993, p. 45.
- ²⁰ ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989, p. 15.
- ²¹ Dentre os vários trabalhos que retratam as formas de preconceito aos migrantes provenientes da Ásia e Oriente Médio, o estudo de Jeffrey Lesser sobre o caso da migração japonesa é elucidativo da questão. LESSER, Jeffrey. *A negociação da identidade nacional*. Migrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- ²² Há uma variedade de bons trabalhos publicados sobre a questão e qualquer indicação mais específica incorre no risco de ser arbitrária. De qualquer forma, para a diáde direitos humanos e direito internacional, sugiro o estudo de Lindgren Alves, em Cidadania e globalização. *Lua Nova*, n. 50, p. 185-206; SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ²³ O sentido desse refluxo deve ser explicado. Não se trata de uma ausência das migrações globais neste contexto. O Comitê Intergovernamental para as Migrações Europeias (CIME) foi uma agência da Organização das Nações Unidas para as migrações que recolocou da Europa, Ásia e Oriente Médio para a América, Oceania e sul da África, aproximadamente, dois milhões de pessoas entre 1947 e 1978. Sobre esta questão ver: PAIVA, Odair da Cruz; SAKURAI, Célia. Migrações internacionais, geopolítica e desenvolvimento econômico (1947-1980) In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, XXVIII. 2004, Caxambú-MG. *Anais...*
- ²⁴ SAYAD, op. cit., p. 16-17.
- ²⁵ ESTRELA, Ely Souza. *Os sampauleiros*. Cotidiano e representações. São Paulo: Humanitas / FFLCH - USP, 2003.